

Termo de Referência 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	160141-COMISSAO DE OBRAS DO 3º GRUPAM.DE ENGENHARIA	DOMINGOS BALSAN	13/06/2024 11:54 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		65328.002081/2024-11

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COMUNS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DO EXÉRCITO

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS/9ª RM

CRO/9 (1970)

(COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS TENENTE-CORONEL FRANCISCO NUNES DA CUNHA)

(Processo Administrativo nº 65328.002081/2024-11)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.

1.1. Contratação de serviços comuns, não continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de confecção de galeria de retratos dos antigos Comandantes/Chefes da Comissão Regional de Obras da 9ª Região Militar, conforme previsto nas noras internas do Comando do Exército, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER				
------	---------------	--------	--	--	--	--

			UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Galeria de retratos/fotos, letras em acrílico cristal preto com 6,0mm de profundidade (espessura); com 5,0cm de altura na cor preta.</p> <p>Com 02 brasões (a arte será fornecida pela contratante) feitos em material acrílico cristal colorido; espessura 10,0 mm e com medidas 86,0 mm de largura × 120,0 mm de altura, sobre painel em MDF.</p> <p>Painel em MDF branco de 15,0mm de espessura; com 24 quadros em madeira com vidro transparente.</p> <p>Porta-retratos (medidas individuais) com medida final 30,0cm × 36,0cm com moldura nas bordas de 2,0cm de largura.</p> <p>Dimensões das fotos: fotos medida final 26,0 cm de largura × 32,0cm de altura; com plaquinhas (em alumínio) para os quadros em fundo preto e com letras brancas em acrílico; espessura de 2,0mm a 3,0mm; e dimensões de 120,0mm × 30,0mm.</p> <p>Não inclusa a impressão e colocação de fotografias na galeria.</p> <p>Com a respectiva fixação em parede, no endereço: Comissão Regional de Obras/9,</p>	13137	Unidade	01	R\$ 6.512,00	R\$ 6.512,00

Rua General Nepomuceno Costa, nº 218 - Bairro Vila Alba, Campo Grande-MS, CEP 79.100-010.					
Com garantia de 90 dias conforme Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) a contar do dia útil imediatamente subsequente à data do efetivo pagamento (conforme data da Ordem Bancária emitida).					
TOTAL GERAL					R\$ 6.512,00

1.

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que trata-se de um serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital/Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado (conforme descrição constante na tabela anterior).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 40 (quarenta) dias, não prorrogáveis, contados do envio formal da Nota de Empenho (podendo ou não conter em anexo a respectiva Ordem de Serviço) à empresa licitante contratada, seja via Correios, seja via mensagem eletrônica de E-mail por meio dos endereços eletrônicos cadastrados no SICAF e/ou na Proposta Comercial da empresa, não sendo a Administração Militar responsável pela inconformidade ou desatualização dos dados cadastrados pela empresa contratada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 23/2024, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. 1. ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2024/105>;
- II. 2. Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III. 3. Id do item no PCA: 23;
- IV. 4. Classe/Grupo: 891 - Serviços de reprodução, publicação e impressão;
- V. 5. Identificador da Futura Contratação: 160141-90004/2023.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (número 6.), apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003, o qual aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), define as condicionantes de utilização da galeria dos antigos comandantes nas instalações de todas as Unidades do Exército Brasileiro.

3.3. Assim, podemos verificar nos seguintes arquivos:

"Art. 458. As Unidades podem possuir, em suas sedes, como homenagem, galerias de retratos compostas dos vultos mais notáveis da História Militar e Política e dos ex-chefes do Exército. §1º No Gabinete do Cmt, Ch ou Dir, figuram, em caráter obrigatório, o retrato oficial do Presidente da República, do Ministro de Estado da Defesa, e do Comandante do Exército, distribuído pelo respectivo órgão responsável. §2º Na Unidade deve haver uma galeria de retratos dos seus ex-comandantes, ex-chefes ou ex-diretores."

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços e na oferta de materiais resultantes do serviço, produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/1989, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/1992, e legislação correlata.

4.1.2. Como condição para a aceitação da proposta, a empresa licitante vencedora deverá apresentar, junto com sua Proposta Comercial, uma **RELAÇÃO DOS PRODUTOS PRESERVATIVOS DE MADEIRA** que pretende utilizar na execução dos serviços e oferta de materiais, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar: o objeto é enquadrado como serviço comum não continuado e sem emprego exclusivo de mão de obra.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias úteis imediatamente subsequentes (após) a data de recebimento formal da Nota de Empenho (excetuando-se a própria data do envio pela Administração e recebimento pela empresa terceirizada), para fins de aquisição de eventuais insumos (para estoque logístico e gestão interna não afeta à Administração Militar) por parte da empresa fornecedora licitante contratada:

- de 18 de junho de 2024 a 24 de junho de 2024;

5.1.2. Prazo de vigência e de execução do contrato: **por até 40 dias corridos não prorrogáveis**, sendo que o último dia de vigência e execução, caso coincida com dia não útil, deverá ser considerado o próximo dia útil imediatamente subsequente de vigência e execução como o último dia de contratação:

- de 25 de junho de 2024 a 05 de agosto de 2024.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Comissão Regional de Obras/9, Rua General Nepomuceno Costa, nº 218 - Bairro Vila Alba, Campo Grande - MS, CEP 79.100-010.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. de segunda-feira a quinta-feira, das 09:30h às 11:30h, e das 13:30h às 16:30h; sexta-feira das 08:30h às 11:30h.

5.3.2. não há rotinas a serem cumpridas; materiais a serem disponibilizados; ou informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele previsto estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4.1. Em consequência, o prazo de garantia legal:

5.4.1.1. Iniciar-se-á em 06 de agosto de 2024; e

5.4.1.2. Encerrar-se-á em 05 de novembro de 2024.

5.4.2. Então, o prazo de garantia complementar à garantia legal:

- Não se aplica.

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- Não se aplica, por tratar-se de dispensa de valor em razão do valor (inciso I) concomitante com o enquadramento de compra com entrega imediata e integral.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará para fins de pagamento, será realizada da seguinte forma: A emissão de Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço/atesto e enviada para o setor responsável pela realização de sua liquidação e pagamento.

1. 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo Setor de Material (Almoxarifado), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O Setor de Material (Almoxarifado) realizará o recebimento provisório do objeto empenhado mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.1. o prazo de validade;

7.7.2. a data da emissão;

7.7.3. os dados do contrato/empenho e do órgão contratante;

7.7.4. o período respectivo de execução do contrato/empenho;

7.7.5. o valor a pagar;

7.7.6. o prazo de vigência da garantia legal de 90 (noventa) dias da execução do serviço contratado/empenhado; e

7.7.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso

ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

1.

7.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado tanto na Nota Fiscal quanto no respectivo cadastro do SICAF (ambas as informações devem ser coincidentes).

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.20. Antecipação de pagamento: Não se aplica.

7.21. Cessão de crédito: Não se aplica.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 concomitante com o Decreto nº 11.871/2023 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11871.htm) (para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos, no caso de outros serviços e compras), que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada integral (inciso XXX do Art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

8.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de dispensa sob a forma eletrônica, com adoção do critério de menor preço, atendidas as exigências de habilitação.

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato (nota de empenho), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.15. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.16. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.20. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.22. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.30. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.31. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 6.512,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.512,00 (seis mil, quinhentos e doze reais), conforme custos unitários apostos na Pesquisa de Preços e no Relatório de Pesquisas de Preço, ambos em anexo.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/160141;
- II) Fonte de Recursos: 10000000000;
- III) Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001;
- IV) Elemento de Despesa: 33.90.00, 33.90.39-59;
- V) Plano Interno: I3 DA FUN ADOM;

9.2.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes não se aplica, por tratar-se de contratação para pronta-entrega do serviço contratado.

Campo Grande-MS, 12 de junho de 2024.

DOMINGOS BALSAN - Cap R1 PTTC

Encarregado do Setor de Material (Almoxarife) da CRO/9

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Vincular ao Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 26/2023. Vincular ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 23/2024. Vincular à DISP 90.004/2024.

DOMINGOS BALSAN

Encarregado do Setor de Material (Almoxarife)



Assinou eletronicamente em 13/06/2024 às 11:54:49.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 03d - modelo galeria de fotos retratos Cmt CRO9 descricao.docx (416.54 KB)
- Anexo II - modelo galeria de fotos retratos Cmt CRO9.jpeg (203.7 KB)
- Anexo III - 03c - modelo galeria de fotos retratos Cmt CRO9 editada.jpeg (319.58 KB)

**Anexo I - 03c - modelo galeria de fotos retratos Cmt
CRO9 editada.jpeg**



GALERIA DOS COMANDANTES



**Anexo II - modelo galeria de fotos retratos Cmt CRO9.
jpeg**

GALERIA MEDIDA FINAL

LARGURA 2.75 X ALTURA 1.60 mts



moldura 30x36

foto 25x32

2,5 cm

Reserva 12x1 cm



GALERIA DOS ANTIGOS CHEFES DA CRO/9

